

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
EM REAIS (R\$)

Ativos	31/12/2024	31/12/2023
Caixas e equivalentes de caixa	29.535,35	28.263,20
Aplicações financeiras	187.410,23	65.947,48
Contas a receber (Contratos)	50.000,00	30.000,00
Estoques de Consumo	17.174,24	13.792,04
Total do Ativo Circulante	284.119,82	138.002,72
Imobilizado - gestão pública	-	-
Intangível - gestão pública	-	-
Total do Ativo Não Circulante	-	-
Total do Ativo	284.119,82	138.002,72

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
EM REAIS (R\$)

Passivo	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	15.665,31	16.563,44
Empréstimos	-	-
Obrigações trabalhistas	13.284,75	10.187,98
Obrigações sociais	893,38	730,40
Obrigações fiscais	8.727,63	5.176,50
Outras contas a pagar	-	-
Total do Passivo Circulante	38.571,07	32.658,32
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	105.344,40	74.729,08
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Superavit acumulado	140.204,35	30.615,32
Total do Patrimônio Líquido	245.548,75	105.344,40
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	284.119,82	138.002,72

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 EM REAIS (R\$)

Receita	31/12/2024	31/12/2023
Serviços prestados Contratos de Gestão	502.020,00	331.212,00
Serviços prestados convênios e particulares	-	-
(-) Glosas	-	-
Total Receitas Operacionais	502.020,00	331.212,00
Custos		
Serviços de terceiros	(110.955,92)	(114.940,71)
Pessoal e encargos	(106.133,47)	(94.045,39)
Superávit Bruto	(217.089,39)	(208.986,10)
(Despesas)/ Receitas Operacionais		
Pessoal e encargos	(70.755,65)	(40.305,17)
Serviços de terceiros	(62.311,77)	(39.207,67)
Impostos, taxas e contribuições	(-)	(2.045,10)
Despesas gerais e administrativas	(11.658,84)	(10.052,64)
Superávit operacional antes do resultado financeiro	(144.726,26)	(91.610,58)
Financeiras Líquidas		
Despesas financeiras	(5.310,30)	(1.170,75)
Receitas financeiras	9.370,51	3.297,37
Superávit operacional antes do IR e CS	144.264,56	32.741,94
Outras receitas		
Doações e subvenções	-	-
Outras receitas e despesas	(4.060,21)	(2.126,62)
Superávit do exercício	140.204,35	30.615,32

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
EM REAIS (R\$)**

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(74.729,08)	-	-	(74.729,08)
Incorporação ao Patrimônio Social	(74.729,08)			(74.729,08)
Realização de custo atribuído			-	-
Ajustes patrimoniais				-
Superávit do Exercício			30.615,32	30.615,32
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(74.729,08)	-	30.615,32	105.344,40
Incorporação ao Patrimônio Social	(30.615,32)		(30.615,32)	-
Realização de custo atribuído			-	-
Ajustes patrimoniais			-	-
Superávit do Exercício			140.204,35	140.204,35
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	105.344,40	-	140.204,35	245,548,75

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 EM REAIS (R\$)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do Exercício	140.204,35	30.615,32
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa		
Depreciação e Amortização (Nota 6)	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências	-	-
Superávit do exercício Ajustado	140.204,35	30.615,32
(Aumento)/Redução nos Ativos Operacionais		
Contas a receber	20.000,00	5.000,00
Estoques	5.064,41	(2.818,56)
Outros créditos	-	-
Aumento/(Redução) nos Passivos Operacionais		
Fornecedores	(1.793,98)	3.305,72
Obrigações trabalhistas	3.096,77	1.893,06
Obrigações sociais	162,98	66,40
Obrigações fiscais	3.551,13	879,20
Outras contas a pagar	895,85	259,17
Caixa líquido proveniente das operações	216.945,58	94.210,68
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquido	94.210,68	65.010,37
No início do exercício	580.000,00	385.287,62
No fim do exercício	457.265,10	356.087,31
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	216.945,58	94.210,68

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
EM REAIS (R\$)**

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Asas da Saúde, está localizado na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, com sede e foro na cidade de São Paulo, para centralizar e internalizar os processos administrativos é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópico, assistencial, sem cunho político ou partidário, com objetivo de promover ações voltadas à saúde pública, campanhas educativas e preventivas de atendimento à saúde pública, constituída legalmente por tempo indeterminado.

Tem como finalidade estatutária:

- a) Administração Hospitalar saúde pública e privada;
- b) Produzir e executar pesquisas científicas voltada a saúde pública;
- c) Treinamento e formação de pessoal especializado;
- d) Realização e preparação de mão de obra voltado para o desenvolvimento tecnológico da saúde pública;
- e) Na realização de consultoria em desenvolvimento da saúde pública;

f) Manter estreita relação com instituições, empresas e entidades prestadoras de serviços nacionais e internacionais, da iniciativa privada e pública e organizações internacionais, para manter convênios, parcerias que promovam o desenvolvimento da saúde pública, nos termos legais da lei;

g) Elaboração de planos, programas e projetos de pesquisas de interesse nacional e internacional para o desenvolvimento da saúde pública;

h) Desenvolver atividade de assessoria, consultoria e prestação de serviços a entidades públicas e privadas, públicas municipais, estaduais e federais, organizações internacionais.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁVEIS E FINANCEIRAS:

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2023 e 2024 assim comparadas a entidade social adotou a Lei nº 11.638/07 que alterou a Lei nº 6.404/76 e legislação específica aplicadas as entidades sem fins lucrativos, Lei 12.101/09 e regulamentação em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e divulgadas em observância as práticas contábeis adotadas no Brasil características qualitativas da informação contábil, resolução CFC 1.374/11, que trata da Estrutura Conceitual Para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da apresentação das Demonstrações Contábeis e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 que revogou a Resolução CFC 877/2000 – NBCT – 10.19, em observância com o CPC 26, para as entidades sem finalidade de lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes patrimoniais e de estrutura das Demonstrações Contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem fins lucrativos.

NOTA 3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000):

A entidade mantém suas informações contábeis em um sistema de escrituração contábil e seus fatos e atos administrativos por meio de processo eletrônicos via sistema de informações. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados aos aspectos ao respectivo documento, em elementos que comprovem e evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As Demonstrações Contábeis, incluindo as Notas Explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no Livro Diário da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que compõem a escrituração contábil.

NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

As demonstrações Contábeis para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2024 foram elaboradas com as seguintes práticas contábeis:

- a) Caixa e equivalente de caixa: Composto por valores em espécie, conta corrente e aplicações financeira de liquidez imediata com acréscimo de seus rendimentos até a data do Balanço, com base no regime de competência;
- b) Receitas e despesas com base no regime de competência.

NOTA 5. Declaração de Conformidade:

Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) –

Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.

Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 31 de Janeiro de 2025.

Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 6. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata.

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor

b. Estoques

São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou “vencidos” são baixados ou substituídos, quando identificados.

c. Imobilizado

I. Reconhecimento e Mensuração

Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo.

A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada.

II. Custos Subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f. Julgamentos e Estimativas

A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

I. Provisões para Riscos Judiciais

A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias.

II. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa

É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável.

g. Apuração do Superávit/Déficit

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.

h. Reconhecimento de Receitas

As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública.

i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos

Nas demonstrações contábeis de 2022 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade.

k. Patrimônio Líquido

Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.